

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

INQUIETAÇÕES E PROPOSITURAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Atena
Editora
Ano 2019

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Inquietações e Proposituras na Formação Docente

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inquietações e proposituras na formação docente [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-381-1 DOI 10.22533/at.ed.811191106</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Não há Educação sem História. Não há História sem Memória Ciência, sem História e Memória. Quase sempre deforma. Vejo-me entre crianças, sentindo-me professor, num barracão de chão batido, coberto de palha, no fundo do quintal, de onde era minha casa, no meu sempre, no meu mundo, no meu tudo, Parintins... [...] Saibamos construir nossa história. Saibamos semear nas memórias Daqueles que estão Daqueles que ainda virão... O pouco que fazemos O pouco que pensamos. O pouco que sentimos. O pouco que vemos... Neste percurso Que falseia o espaço. Que falseia o tempo... Agora é a hora! Este é o momento! Que todos, avancemos! (Amarildo Menezes Gonzaga/2012). Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas! (Mário Quintana, 1951) O trecho extraído do poema “Das utopias”, de Mário Quintana, é um convite para mantermos viva a utopia, pois uma sociedade sem utopia é uma sociedade sem sonhos e esperanças. Entendemos que, para discutir essa questão, torna-se necessário, inicialmente, evidenciar a indiscutível importância do acervo de conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados na orientação ou reorientação do fazer pedagógico. No momento atual, constatamos um processo contínuo de fluxo e refluxo, um movimento incessante que caracteriza não apenas o mundo físico, mas também os domínios educacionais, psicológicos, sociais, políticos e culturais presentes no mundo. Sendo assim, urge um repensar sobre fenômenos educacionais, uma vez que o contexto teórico existente e disponível se apresenta insuficiente para responder aos problemas mais prementes ou solucioná-los. Nesse sentido, novos debates, novas ideias, novas articulações, novas buscas e novas reconstruções, fundadas em novas concepções, ou seja, novas formas de pensamento revelam a maneira de olharmos a realidade como um todo e não como uma única forma de entendermos o mundo circundante, ante a insatisfação com os modelos predominantes de explicação para as questões emergentes no âmbito educacional. Em contraposição a essa prática, Freire (1997: 21) defende que a educação compreende um espaço privilegiado para se problematizar os condicionamentos históricos, partindo do pressuposto de que “somos seres condicionados mas não determinados; ou ainda que, a história é tempo de possibilidade, (...) o futuro é problemático e não inexorável”. Sendo assim, não podemos mais conceber que, na orientação da formação dos profissionais da área educacional, haja uma predominância de tendências paradigmáticas da educação, que tenham por finalidade principal o domínio por parte do futuro profissional de conhecimentos fechados, acabados, transmitidos através de uma metodologia que exacerba a aula expositiva como técnica de ensino e considera a prova como ferramenta para aprovar ou reprovar o aluno. Essa prática revela, por um lado, a ineficiência do ensino e, por outro, o lado cruel da escola, que, muitas vezes, penaliza os excluídos socioculturalmente, estigmatizando-os e aprofundando a distância entre prática profissional e produção do conhecimento científico. Em síntese,

a formação do professor deve ser compreendida para além do simples treinamento em destrezas, na perspectiva de torná-lo sujeito do processo de (re) construção do saber. No artigo (IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR, as autoras Aparecida Silvério ROSA e Fernanda Telles MÁRQUES buscam analisar comparativamente os entendimentos de alunos e de professores de um curso superior acerca da questão da indisciplina em referido nível de ensino. No artigo A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, os autores Patrício Ceretta E Luiz Gilberto Kronbauer buscam tratar da importância da Ética na formação de professores, identificando espaços dedicados ao estudo de ética ao longo dos Cursos e refletindo sobre a incidência da Ética na prática docente. No artigo A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS, as autoras Magda Miranda de Assís Cruz e Magda Madalena Peruzin Tuma buscam trazer uma experiência do Ensino de História local realizada em uma escola pública, que, como campo do Estágio Curricular Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (2016). No artigo A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, busca tratar da política de institucionalização de polos de apoio presencial do sistema Universidade Aberta do Brasil. No artigo APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA, os autores Pâmela Bueno Costa e Samon Noyama buscam fazer uma provocação quanto a um tema legítimo da filosofia, que já foi motivo de especulação de filósofos na antiguidade grega e, com devido destaque, na filosofia europeia do final do século XVIII: a relação entre filosofia e literatura. No artigo AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES, as autoras Juliana Cristina Ribeiro da Silva e Patricia Helena Mirandola Garcia as autoras buscam apresentar o resultado de uma aula prática de Geografia, História, Biologia, Antropologia e Arqueologia do Mato Grosso do Sul realizada em um sítio arqueológico com figuras rupestres datadas de aproximadamente 3.000 anos. No artigo AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES, as autoras Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Elsbeth Léia Spode Becker buscam refletir o processo dinâmico e inquietador de se autotransformar pela docência é algo complexo e extremamente necessário à atuação docente em suas diversas práticas, sejam elas coletivas, sociais ou subjetivas. No artigo CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR, as autoras Elisabeth Mary de Carvalho Baptista e Iracilde Maria de Moura Fé Lima, buscam propor estratégias para serem aplicadas em sala de aula, nas disciplinas dessa área, buscando possibilitar o desenvolvimento da criatividade dos alunos, contribuindo para uma maior eficiência do processo ensino- aprendizagem na construção do conhecimento. No artigo EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA

MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE, os autores Sônia Pinto De Albuquerque Melo e Elza Ferreira Santos buscam discutir sobre a educação e a moralidade postas como instrumentos importantes à formação humana, a partir do discurso pedagógico da Modernidade, Contemporaneidade, Oitocentos e século XX.

No artigo ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a autora Ana Paula Guedes, busca analisar como se compreende o resgate das decisões políticas acerca do ensino de língua estrangeira no Paraná e no Brasil. No artigo ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO as autoras Paula Adriana Rodrigues e Stéfani Martins Fernandes buscam relatar a experiência e o olhar de uma professora da Instituição por meio da prática desenvolvida e uma das suas vivências numa das turmas de multi-idade com crianças de um ano e meio a cinco anos e onze meses. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA, os autores Eromi Izabel Hummel e Mara Silvia Spurio buscam apresentar a formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Secretaria Municipal de Educação de Londrina. No artigo FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA, os autores Leni Hack e Robson Alex Ferreira buscam apresentar as reflexões sobre a formação de professores/as de Educação Física e as possibilidades de aproximação entre a Universidade e as Escolas parceiras no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. No artigo GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID, os autores Hitalo Cardoso Toledo, Jéssica Hernandes Vizu Silva, Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma, buscam relatar a experiência do pibidiano/professor de Educação Física no ensino do conteúdo ginástica para estudantes do ensino fundamental I. No artigo JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, as autoras Nakita Ani Guckert Marquez e Dalva Maria Alves Godoy buscam apresentar algumas reflexões acerca da importância dos jogos de consciência fonológica para o processo inicial de alfabetização. No artigo METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES, os autores Robinalva Ferreira, Marília Morosini, Pricila Kohls dos Santos, Luisa Cerdeira buscam analisar os avanços e desafios na prática pedagógica docente e na aprendizagem de estudantes universitários após a utilização de Metodologias Ativas (MAs), na percepção de professores. No artigo M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI) os autores Ernane Rosa Martins e Luís Manuel Borges Gouveia, buscam apresentar uma proposta de um modelo pedagógico direcionado para atividades de m-learning (mobile learning), fundamentado na teoria da Sala de Aula Invertida (SAI), denominado de ML- SAI. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO

PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO, os autores Éllen Patrícia Alves Castilho e Darcísio Natal Muraro, buscam analisar, com base em John Dewey e Matthew Lipman, as relações entre diálogo e pensamento reflexivo na constituição do que chamamos de experiência de pensamento. No artigo O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO, os autores Itamara Peters, Eliana Merlin Deganutti de Barros, buscam investigar as práticas de letramento escolar realizadas no SAREH. No artigo OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II, a autoras Analice dos Santos Lima e Luciene Maria Patriota buscam relatar, descrever e analisar, o estudo com o gênero História em Quadrinhos na sala de aula. No artigo POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL, a autora Susana Schneid Scherer, busca assinalar alguns reflexos das políticas educacionais em vigência sobre os docentes públicos escolares brasileiros. No artigo REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE, as autoras Rafaelle Sanches Cutrim e Denise Bessa Léda realizam um estudo em fase inicial sobre as repercussões da financeirização do ensino superior privado na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente, a partir de uma instituição de ensino superior pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão. No artigo SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS a autora Mônica Tessaro realiza um recorte de minha pesquisa de Mestrado, sendo que o objetivo geral foi investigar em que medida os processos educativos desenvolvidos na escola favorecem a estruturação do foreground dos jovens estudantes do nono ano do Ensino Fundamental. No artigo TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES a autora Adriana dos Santos busca discutir sobre a utilização de TD no âmbito das práticas pedagógicas da disciplina de Educação Física Escolar. No artigo INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri buscam com este estudo identificar a percepção de gestores de escolas públicas sobre a educação sexual em instituições públicas escolares. No artigo: ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO as autoras : Adriana Moreira de Souza Corrêa e Josefa Martins de Sousa constitui em uma pesquisa bibliográfica, com objetivo apresentar tecnologias de baixo custo que favorecem o trabalho do professor de Língua Portuguesa no ensino das pessoas com Paralisia Cerebral.

E no artigo: LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFSSIONALIZANTE os autores : Allan Charlles Mendes de Sousa, Marcos Bohrer, Cláudia Fátima Kuiawinski, Emilly Karine Ferreira e Gisele Canal Masier trata da apresentação de um projeto que propôs a construção de uma Litoteca - acervo catalogado de minerais e fragmentos de rochas - como uma ferramenta pedagógica a ser utilizada no curso técnico de Agropecuária integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense Campus Videira.

Solange Aparecida de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(IN) DISCIPLINA: PERSPECTIVAS DOCENTES E DISCENTES no ENSINO SUPERIOR	
Aparecida Silvério Rosa	
Fernanda Telles Márques	
DOI 10.22533/at.ed.8111911061	
CAPÍTULO 2	13
A ÉTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Patrício Ceretta	
Luiz Gilberto Kronbauer	
DOI 10.22533/at.ed.8111911062	
CAPÍTULO 3	21
A MÚSICA E A FOTOGRAFIA COMO RECURSOS PEDAGÓGICOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA NOS ANOS INICIAIS	
Magda Miranda de Assis Cruz	
Magda Madalena Peruzin Tuma	
DOI 10.22533/at.ed.8111911063	
CAPÍTULO 4	32
A POLÍTICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	
Tânia Barbosa Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8111911064	
CAPÍTULO 5	45
APRENDENDO A PENSAR: FILOSOFAR A PARTIR DA LITERATURA	
Pâmela Bueno Costa	
Samon Noyama	
DOI 10.22533/at.ed.8111911065	
CAPÍTULO 6	55
AULA PRÁTICA DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA, BIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E A IMPORTÂNCIA DA SALA DE AULA SEM PAREDES	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
Patricia Helena Mirandola Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.8111911066	
CAPÍTULO 7	67
AUTOFORMAÇÃO DOCENTE E REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS ESCOLARES	
Natália Lampert Batista	
Tascieli Feltrin	
Elsbeth Léia Spode Becker	
DOI 10.22533/at.ed.8111911067	

CAPÍTULO 8	82
CRIATIVIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO SUPERIOR	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Iracilde Maria de Moura Fé Lima	
DOI 10.22533/at.ed.8111911068	
CAPÍTULO 9	96
EDUCAÇÃO E MORALIDADE: PILARES PARA A FORMAÇÃO HUMANA SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO PEDAGÓGICO DA MODERNIDADE À CONTEMPORANEIDADE	
Sônia Pinto De Albuquerque Melo Elza Ferreira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8111911069	
CAPÍTULO 10	113
ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
Ana Paula Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.81119110610	
CAPÍTULO 11	121
ENTRE SONS, LUZES E CORES: UM OLHAR SENSÍVEL DA PRÁTICA DOCENTE NO AMBIENTE MULTIETÁRIO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL IPÊ AMARELO	
Paula Adriana Rodrigues Stéfani Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.81119110611	
CAPÍTULO 12	131
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AÇÕES EXERCIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LONDRINA	
Eromi Izabel Hummel Mara Silvia Spurio	
DOI 10.22533/at.ed.81119110612	
CAPÍTULO 13	144
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PIBID ENQUANTO POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA	
Leni Hack Robson Alex Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.81119110613	
CAPÍTULO 14	153
GINÁSTICA NA ESCOLA: INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA VISÃO DOS BOLSISTAS PIBID	
Hitalo Cardoso Toledo Jéssica Hernandez Vizu Silva Ângela Pereira Teixeira Victoria Palma	
DOI 10.22533/at.ed.81119110614	
CAPÍTULO 15	159
JOGOS DE CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Nakita Ani Guckert Marquez Dalva Maria Alves Godoy	
DOI 10.22533/at.ed.81119110615	

CAPÍTULO 16	170
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS E DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E NA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES	
Robinalva Ferreira Marília Morosini Pricila Kohls dos Santos Luisa Cerdeira	
DOI 10.22533/at.ed.81119110616	
CAPÍTULO 17	184
M-LEARNING E SALA DE AULA INVERTIDA: CONSTRUÇÃO DE UM MODELO PEDAGÓGICO (ML-SAI)	
Ernane Rosa Martins Luís Manuel Borges Gouveia	
DOI 10.22533/at.ed.81119110617	
CAPÍTULO 18	193
O CARÁTER DIALÓGICO DO PENSAMENTO REFLEXIVO	
Éllen Patrícia Alves Castilho Darcísio Natal Muraro	
DOI 10.22533/at.ed.81119110618	
CAPÍTULO 19	201
O ENSINO DE LÍNGUAS NO PROGRAMA DE ESCOLARIZAÇÃO HOSPITALAR DO PARANÁ (SAREH): DISCUSSÕES SOBRE CURRÍCULO	
Itamara Peters Eliana Merlin Deganutti de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.81119110619	
CAPÍTULO 20	215
OS DESAFIOS E ENCANTAMENTOS DO ESTÁGIO DOCENTE DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Analice dos Santos Lima Luciene Maria Patriota	
DOI 10.22533/at.ed.81119110620	
CAPÍTULO 21	224
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL	
Susana Schneid Scherer	
DOI 10.22533/at.ed.81119110621	
CAPÍTULO 22	236
REFLEXOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO PARA O TRABALHADOR DOCENTE	
Rafaelle Sanches Cutrim Denise Bessa Léda	
DOI 10.22533/at.ed.81119110622	

CAPÍTULO 23	250
SIGNIFICADOS DOS PROCESSOS EDUCATIVOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DOS JOVENS	
Mônica Tessaro	
DOI 10.22533/at.ed.81119110623	
CAPÍTULO 24	264
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES SOB O OLHAR DOS DOCENTES	
Adriana dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.81119110624	
CAPÍTULO 25	276
INQUIETUDES NO OLHAR DE GESTORES ESCOLARES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
João Guilherme de Carvalho Gattás Tannuri	
DOI 10.22533/at.ed.81119110625	
CAPÍTULO 26	285
ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A PESSOA COM PARALISIA CEREBRAL: ADAPTAÇÕES QUE FAVORECEM O ACESSO AO TEXTO ESCRITO	
Adriana Moreira de Souza Corrêa	
Josefa Martins de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.81119110626	
CAPÍTULO 27	295
LITOTECA COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PROFISSIONALIZANTE	
Allan Charles Mendes de Sousa	
Marcos Bohrer	
Cláudia Fátima Kuiawinski	
Emilly Karine Ferreira	
Gisele Canal Masiero	
DOI 10.22533/at.ed.81119110627	
SOBRE A ORGANIZADORA	302

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA: ELEMENTOS PARA PENSAR A ATUALIDADE DO TEMA NO BRASIL

Susana Schneid Scherer

Programa de Pós-Graduação em Educação -
UFPEL/Brasil

RESUMO: Este estudo visa assinalar alguns reflexos das políticas educacionais em vigência sobre os docentes públicos escolares brasileiros. Com base na abordagem macro-global e micro-local são aclaradas as atuais estratégias globais da Nova Gestão Pública, do gerencialismo e da performatividade, por se observar sua expressividade mundial nas direções sociais, políticas e também educativas especialmente desde 1990. No Brasil se encontram tais ideários presentes desde o fim da década de 90 até a atualidade de 2010, especialmente permeando ações e espaços políticos como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB, 2016); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017); a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010); a Política Nacional de Formação de professores da Educação Básica (2015); a reforma do Ensino Médio (2017), entre outros desdobramentos. Dessa forma, busca-se refletir quanto a implicações destes propósitos na especificidade da docência na escola pública.

PALAVRAS-CHAVES: Políticas educacionais e escola pública; Gerencialismo e Performatividade; Trabalho docente escolar.

ABSTRACT: This study objective to analyses some reflections of the educational policies presents on Brazilian public school teachers. Based on the macro-global and micro-local approach there were discuss the current global strategies of the New Public Management, managerialism and performativity, since their global expressiveness in the social, political and educational directions, especially since 1990. In Brazil, such proposal have been present since the end of the 1990s until the actual times of the years 2010, especially permeating actions and spaces such as the National System for the Evaluation of Basic Education (SINAEB); the National Curricular Common Base (BNCC); the National Education Conference (CONAE, 2010); the National Policy for the Training of Basic Education Teachers (2015); the reform of High School, among other developments. Thus, it's sought to reflect on the implications of these purposes on the specificity of teaching in the public school.

KEYWORDS: Educational policies and public school; Management and Performativity; School teaching work.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio apresenta reflexões acerca de desdobramentos das políticas

educacionais sobre os docentes, especialmente, da escola pública no Brasil¹, com o intuito de analisar consequências das medidas e debates em vigência nacionalmente sobre os sentidos e funções da escola pública e do quadro de professores.

Para isso, baseia-se na abordagem macro-global e micro-local, aclarando-se as relações entre o contexto macrosocial, principalmente, de reconfiguração sóciocapitalista global (HARVEY, 2013; MÉSZÁROS, 2011), sobre as políticas educacionais (PERONI, 2010), e o ser e estar docente (BALL, 2005), compreendendo-se que tais indicações são, para além de meras teorizações, expressões reais sobre os sujeitos escolares.

Os estudos da política educacional evidenciam uma Agenda Educacional Globalmente Estruturada sendo promovida para a efetivação dos ideais economicistas do mercado empresarial contemporâneo por dentro do Estado (DALE, 2004). Segundo Dale (2004) esta agenda se expressa por uma “Cultura Educacional Mundial Comum” (CEMC) e defende que o “desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as categorias curriculares se explicam através de modelos universais de educação, de estado e de sociedade, mais do que através de factores nacionais distintivos” (p. 425). Nesta direção, a experiência empírica da CEMC se baseia numa extensa base de dados colhida ao longo do tempo em diversos países, em grande medida, por meio da delimitação de *standards*, *seja de currículos*, modos de avaliação, formação docente, organização das didáticas e práticas pedagógicas etc dimensões do processo educativo (DALE, 2004).

Na educação, o exemplo máximo dos objetivos da CEMC é o *Programme for International Student Assessment* (PISA), uma iniciativa da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil participa desde o seu princípio em 1998. O PISA visa organizar um *ranking* de metas para o desenvolvimento educacional para os diferentes países através de um teste comparado amostral, aplicado a estudantes matriculados a partir do 8º ano do Ensino Fundamental e com 15 anos, uma vez ser esta a idade esperada para término da escolaridade básica obrigatória. A prova acontece trienalmente avaliando três áreas: Leitura, Matemática e Ciência, sendo que, a cada aplicação uma das áreas é focada, assim, em 2009 o foco foi em Leitura, em 2012 em Matemática e em 2015 nas Ciências.

Para Ball (2001), o processo de globalização imprime um novo paradigma de governo educacional, com vista à criação de uma zona global situada e articulada em nome de novo “pacto” entre Estado e capital, o que incide no desaparecimento gradual de políticas sociais específicas de cada Estado-Nação. É instalado um conjunto de tecnologias políticas para instituir novos valores, relações nas práticas escolares, para o qual a performatividade tem papel chave, sendo uma técnica perspicaz de regulação das subjetividades profissionais pelo fomento de uma lógica de desempenhos,

1. Este ensaio é um recorte da Tese de Doutorado em desenvolvimento, no Curso de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação da Profª Drª Maria de Fátima Cossio. Conta com apoio da CAPES no Brasil e no Exterior/PDSE. E-mail: susana_scherer@hotmail.com

alcançada “mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados” (p.544). Logo, a performatividade funciona como:

[...] uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança. Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, ou servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção. Eles significam ou representam merecimento, qualidade ou valor de um indivíduo ou organização (BALL, 2005, p.543).

A lógica performativa possibilita disseminar os prospectos produtivo-econômicos na prática escolar, ao fomentar os indicadores mercantis que se expressam por resultados e metas, viabilizados, especialmente, por avaliações educacionais, que produzem um tipo de qualidade atrelada à eficácia. No plano maior, tais protótipos hegemonomizam o tipo de sociedade objetivado pelo projeto global, o qual valoriza as questões econômicas e produtivas e esfarela as potencialidades de um programa educativo referenciado pelas motivações e interesses político-sociais.

Nesta tônica, o estudo que segue entende as relações entre o avanço das perspectivas de Nova Gestão Pública (NGP), do gerencialismo e da performatividade sobre os sentidos da educação, e assim, então, dos docentes através da combinação de medidas tais que avaliações standardizadas, externas e em larga escala junto de currículos padronizados. No caso do Brasil, observam-se traços gerenciais presentes no país desde 1990 especialmente, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). Numa fase mais recente encontram-se medidas segundo esta lógica em espaços políticos como a Conferência Nacional de Educação (CONAE), ações como a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e a reforma do Ensino Médio, as quais implicam a prática pedagógica indiretamente, além de medidas dirigidas aos docentes como a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica e o Programa de Residência Pedagógica (PRP).

Para subsidiar a reflexão metodologicamente são aportados os horizontes de Ball (2009), que compreende a prática escolar como uma arena política e de disputas que se dão no âmbito de espaços macro-globais (no âmbito social, do Estado e de suas políticas) e micro-exponenciais (aquilo que acontece no dia-a-dia escolar). E para representar tal perspectiva o autor apresenta a ideia de um ciclo político, constituído por três esferas: da prática política e seus efeitos e resultados; da produção do texto político; e de influência e estratégia política, os quais, mesmo com arenas específicas, na concepção do ciclo, são considerados de forma relacional e sem linearidades diretas.

O estudo está estruturado em duas partes de discussão, primeiro delineando a ascensão neoliberal e o seu cerne econômico em direção a uma Nova Gestão Pública (NGP), a um Estado Gerencial, de mote empresarial e mercantilizador, especialmente

com políticas de cunho performativo para constituir escolas e docentes. Depois se busca localizar o trabalho docente escolar no contexto das políticas educacionais brasileiras, a fim de desvelar desdobramentos sobre os sentidos, significados e funções do sistema público escolar nacional e dos docentes inseridos nelas.

OCENÁRIO POLÍTICO EDUCACIONAL E O CASO DO BRASIL: DESDOBRAMENTOS SOBRE A ESCOLA PÚBLICA E SEUS DOCENTES

Assume-se que os rumos do cenário macrossocial particular de crise do capitalismo sobre a educação, tendo como principais estratégias de superação: o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva (HARVEY, 2013; MESZÁROS, 2011), “redefinem o papel do Estado, principalmente para com as políticas sociais [...] entre elas a política educacional” (PERONI, 2010, p.1).

Para Antunes (1999; 2008), o programa econômico e produtivo capitalista do século XXI transforma a completude da forma do trabalho e assim também das/os trabalhadoras/es. Este cenário decorreu do enfrentamento de um período de crise do capital, em meados de 1970, quando se idealizaram duas projeções para superação desta situação: uma forma de acumulação flexível e desregulamentada a qual se embasou no modo japonês toyotista no lugar do modo taylorfordista prevalecente até então; e um novo modelo societário para avançar na modelagem social-democrática do “Estado de bem-estar” keynesiano regulador das esferas da vida até ali e potencial para sustentar os novos anseios e que ficou conhecido por neoliberalismo. A ótica neoliberal constituiu-se no arcabouço teórico adequado para atender às perspectivas políticas de reconfiguração do modelo capitalista por meio de idealizações privadas e mercantis no lugar de premissas de provisão sócio-estatais.

As estratégias produtivas toyotistas retraem o operariado industrial taylorfordista contratado e regulamentado, característico do século XX, dando lugar a uma forma de trabalho flexível e robotizada, geradora de informalização através de funcionários terceirizados, precarizados, subcontratados e de tempo parcial, principiando elementos tais que: envolvimento do trabalhador pelas ideias de “empreendedorismo”, “cooperativismo” e “voluntariado”; discursos de trabalho em equipe e coletivo; exigências de controle da qualidade de si próprio bem como de seus pares (ANTUNES, 1999). No que concerne aos trabalhadores públicos, estes profissionais são expostos a modificações na completude das esferas subjetivas, política, ideológica, até os níveis dos valores, ideários, e das ações de suas práticas, tendo em vista que a forma neoliberal se pauta pelo enxugamento estatal e pela desmontagem de direitos sociais, salários e condições laborais (ANTUNES, 2008).

Frigotto (2015) identifica que o Brasil, para passou por um novo golpe, justamente quando a democracia nacional se firmava em 1980, talvez, “mais profundo. Transitamos da ditadura civil militar à ditadura do mercado” (p.11). Na gestão de Fernando Henrique

(Gestão PSDB, 1995-1998; Reeleição 1999-2002) inúmeras reformas neoliberais de base gerencial foram organizadas refletindo sobre a educação pública, o que não foi cindida em fato nos governos seguintes (Lula, Gestão Partido dos Trabalhadores, PT, 2002-2010; e Dilma, Gestão PT, 2011-2016).

Neste sentido, reconhece-se, conforme Oliveira et al (2015) relatam, que se os anos 1980 foram singulares em níveis de ampla comoção com o estabelecimento da Democracia na Constituição em 1988 e produziram ganhos aos trabalhadores da educação desde o reconhecimento de sua condição profissional à definição de uma identidade docente, o decênio posterior, de 1990, concretizou um período de reformas educacionais, de muitas mudanças, novas funções e exigências sobre as escolas e docentes, em contrapartida da ampla desresponsabilização estatal pela qualidade da educação pública. Assim sendo, considera-se importante analisar mais aprofundadamente o desvelar deste percurso a fim de examinar seus desdobramentos, sobretudo, sobre os trabalhadores docentes público-escolares.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À ESCOLA PÚBLICA E AOS DOCENTES BRASILEIROS

Para a disseminação da forma neoliberal global por dentro da política pública, como a educacional, uma Nova Gestão Pública (NGP) é injetada, visando à liberação das forças do mercado no interior da esfera pública, ao passo da redução do tamanho e das ações estatais, o que reduz seu custo e promove maior eficiência (BALL, 2001). Para Clarke e Newman (2012), a perspectiva de NGP solidifica um tipo de Estado Gerencial, que se caracteriza pela inserção da ótica mercantil das grandes empresas no setor público, e que, na sua configuração atual, visa, centralmente, a melhoria da qualidade por meio de resultados e metas.

Na educação pública, de acordo com Cossio (2014), a lógica gerencial vem ganhando espaço e se tornando um “perfil político comum” enquanto mecanismo estatal para regulação da educação, a partir do controle e direcionamento das práticas docentes. Conforme Ball (2005), o gerencialismo é um modo de administração que incute os preceitos de eficácia, eficiência e competitividade, típicos do capitalismo, nas subjetividades profissionais, como são os docentes, pela promoção da cultura de desempenhos emanada pela performatividade.

Juntos, a performatividade e o gerencialismo possibilitam controlar o pensar e o sentir docente, permitindo a regulação das relações humanas que são mediadas no liame das práticas educacionais, seja entre professores e professores, professores e alunos, comunidade escolar e escola etc (BALL, 2005). Ambos quando unidos agem a espécie de um tipo de “ventriloquismo” que busca falar pelas/os professoras/es dizendo-lhes “o quê e como lecionar”, organizando técnicas poderosas para prescrever e dirigir as ações pedagógicas a fatores externos e a serviço das necessidades econômicas

e produtivas, ensejados por resultados e metas, enquanto que, em outro sentido, reduzem as possibilidades criativas e autênticas do professorado em sala de aula e a serviço das peculiaridades que marcam e caracterizam o público estudantil ao qual atende.

Dessa forma, corrobora-se com Ball (2005) sobre o permanente estado de alienação do eu docente, pessoal e profissional que é implicado pela lógica gerencial e performativa, uma vez que os compromissos políticos e sociais democráticos, manifestados pela coletivização das decisões e escolhas, pela participação ativa dos sujeitos nos seus interesses e motivações, são ruídos. E, noutro sentido, critérios externos que se atrelam à melhoria do desenvolvimento econômico e produtivo para a competição global são evocados, e expandindo-se na educação através do aumento da eficiência e da eficácia escolar, pela disseminação dos princípios de competição e individualização, e pela combinação de um processo de responsabilização escolar e docente pela qualidade educativa em contrapartida da desresponsabilização estatal pelo provimento das condições objetivas de qualificação da educação pública.

Neste escopo de análise, compreende-se ser preciso problematizar os reflexos da disseminação das prerrogativas gerenciais e performativas, e essencialmente a respeito das propostas envolvidas nas das políticas públicas, sobretudo, àquelas baseadas em padronização curricular e avaliação enquanto mecanismos chaves para efetivação da educação pública. É recorrente a prevalência deste tipo de política ao passo da desconsideração de questões como melhoraria do investimento escolar, promoção de condições de trabalho e salarias adequadas e que garantam segurança e plenitude para os docentes, espaço para formação continuada e espaço para a reflexão dos docentes sobre suas práticas.

Afonso (2009) nomeia de Estado Avaliador a forma estatal que cultua a gestão gerencial e que se centra em padrões e níveis, exprimidos pelos *standards* daquilo que os alunos devem aprender, e que será medido por avaliações padronizadas e em larga escala que representam a qualidade educativa. De modo que, uma consequência destas políticas é o alinhamento das formas didáticas e pedagógicas, dos objetivos, currículos, práticas educacionais, etc – ao que é focado nos testes, enquanto que o que não é enfocado é secundarizado.

Maroy (2013) relaciona os *standards* a constituição de um sistema de *accountability*, que se traduz por noções de responsabilização, imputação e prestação de contas, que variam de acordo com os contextos sociais ou discursivos aonde se inscrevem, tendo em vista, centralmente, a retirada do Estado na provisão pública e, noutro sentido, a responsabilização dos sujeitos da educação pelo sucesso ou não da escolarização. Para Shiroma e Evangelista (2015) a disseminação do Estado Avaliador tem em vista “estabelecer parâmetros e produzir índices que permitam enquadramentos, competições e ofereçam justificativas atualizadas e “tecnicamente autorizadas” para explicar as desigualdades socioeconômicas por meio da educação” (p.104). Dentro deste objetivo, o uso da comparação funciona como uma “estratégia” potencial para

mesclar controle externo e interno por meio de políticas avaliação, desempenho e bonificação.

No Brasil, a forma estatal gerencialista se arquitetou a partir de 1990 se utilizando das avaliações para inserir a lógica do mercado dentro das instituições escolares, através de marcadores empresariais (GANDIN e LIMA, 2012), e se pode perceber a continuação de tais princípios no alongar da década atual, de 2010.

Em 2010, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) foi organizada enquanto um espaço democrático e aberto para pensar a constituição do PNE para o decênio. Seu tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação” visou manifestar um compromisso com a operacionalização de um Estado provedor de direitos educacionais (CURY, 2008, SAVIANI, 2010; DOURADO, 2013). Deste modo, nos horizontes do SNE se estabeleceu a projeção de implantação de uma “política nacional de avaliação educacional da educação básica e superior voltada para subsidiar o processo de gestão educativa e para garantir a melhoria da aprendizagem e dos processos formativos” (CONAE, 2010, p.31).

A perspectiva do sistema nacional de avaliação ensejada pela CONAE (2010) evoca “uma visão formativa, que considere os diferentes espaços e atores, envolvendo o desenvolvimento institucional e profissional” (p. 53), e que se desassocia de elementos tais como: avaliações de desempenhos, de incentivo docente e institucional assentados em metas preestabelecidas e que se legitimam via prêmios e punições; de ranqueamentos dos “melhores” e “piores” nos processos de avaliação de instituições educativas, docentes e discentes; e, sobretudo, que vá além do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como parâmetro único de qualidade (OLIVEIRA, 2010).

No entanto, conforme Cury *et al* (2011), Dourado (2011), Oliveira (2011) destacam, o projeto de Lei nº. 8.035, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, em dezembro de 2010, para sustentar o PNE exprimido pela Lei nº 13.005 de 2014 (BRASIL, 2014) não refletiu as decisões da CONAE 2010, especialmente, no tocante do Artigo 11º que define o Sistema Nacional da Educação Básica (SINAEB) e da Meta 07 que exprime a “Qualidade da educação básica”.

A meta 07 do PNE 2014-2024 institui a centralidade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador da qualidade da educação a ser fomentado em todas as etapas e modalidades, com vista à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, até o final do referido Plano. Pautando, para isso, o alcance das médias que se sintonizam aos países desenvolvidos, que são: nota 6,0 nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,5 nos Anos finais e 5,2 no Ensino Médio.

O SINAEB foi instituído pela Portaria nº 369, de 05 de maio de 2016 (MEC, 2016a; b), publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 06/05/2016. No seu texto é explicitado o propósito de aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com um novo método que contempla todas as fases da educação,

promovido de dois em dois anos, a partir de 2017, sob a organização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP).

Assim, com o SINAEB são mantidas a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ARESC) “Prova Brasil”, aplicada de modo censitário a estudantes da rede pública no final do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), efetivada por amostragem, com estudantes do 5º e do 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio das redes pública e privada, e é apresentada uma Avaliação Nacional da Educação Infantil (ANEI) e são modificadas a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e a Prova Brasil (MEC, 2016b). A ANEI tem o propósito de averiguar as condições de atendimento da demanda, da formação dos profissionais da área, e da disponibilidade de brinquedos em sistemas públicos e privados do país. A Provinha Brasil, voltada à avaliação do nível de alfabetização dos educandos no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas, passa a ser contabilizada nos cálculos do IDEB, e a realização da ANA, por seu turno, é redimensionada à periodicidade bianual dos demais exames do sistema.

Destaca-se que, no lançamento do SINAEB, o MEC (2016a) acenou para o retorno da Prova Nacional Docente que, decretada por Portaria nº. 03, de 02/03/2011, teve uma experimentação em 2012 (INEP, 2016), com o objetivo ser o meio de seleção e contratação dos docentes para a educação básica. Também a Política Nacional de formação dos profissionais da educação básica, produto da estratégia 15.11, e aprovada pelo decreto n.8752 de 08/05/2016, apresenta sintonia com a Prova Docente, no Artigo 17 que prediz que com base nesta prova poderá “harmonizar a conclusão da formação inicial com o início do exercício profissional” (BRASIL, 2016). Para Freitas (2016), a Prova Docente é ainda diretamente relacionada ao Projeto de Lei n.º 6.114-A, de 2009 (BRASIL, 2009), que prevê avaliar os docentes já atuantes nas escolas do país a partir do Exame Nacional para o Magistério da Educação Básica (ENAMEB).

Conforme Freitas (2016), o ENAMEB e a Prova Docente se atrelam à execução da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), um produto do PNE 2014-2024, especificamente da estratégia - 7.1- da Meta nº 7 “Qualidade da educação”. A BNCC prevê definir os conteúdos mínimos para as escolas do país, dentro de uma parte “de base” para ocupar dois terços do total curricular, ficando o restante a ser definido por cada rede de ensino. Segundo sua página oficial, a BNCC (2018) visa dar suporte à (re) orientação das políticas de avaliação da educação básica, dos materiais didáticos e, também da política de formação inicial e continuada dos docentes.

É preciso ressaltar o contexto de tramitação da BNCC no seio do processo turbulento pelo qual o Brasil passou com o *impeachment* de Dilma Rousseff no início de 2017 e sua substituição por seu vice Michel Temer. Pois, se observa uma articulação mais forte do governo Temer com o programa capitalista em relação aos governos precedentes, em que havia mais hibridação na relação público-privada. Nisso, a BNCC se tornou um meio para a projeção das perspectivas do atual governo, proporcionando mais claramente espaços para a ação do programa mercantil contemporâneo por

dentro da educação pública.

Assim sendo, ainda no final de 2017 a versão final da BNCC voltada à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental foi consolidada, e atualmente se encontra em fase inicial de execução a partir de 2018. No tocante ao Ensino Médio, este nível foi retirado da primeira versão da BNCC apresentada em 2014, posto que o projeto inicial elaborado no governo Dilma contemplava indicadores para a Educação Básica de forma geral e não especificava os níveis em separado. No início deste ano, de 2018, a BNCC para o Ensino Médio se encontra em elaboração, tendo como propósito nortear o Novo Ensino Médio, apresentado em regime de urgente via Medida Provisória e, mais tarde, aprovado pela Lei nº 13.415 de 16/02/2017.

Diferentes entidades vêm se manifestando contrárias à proposta da BNCC (ANPED; ABdC, 2017). A ANPED (2017) explicitou sua contraposição a tal medida por entendê-la como instrumento propício ao fomento das avaliações em larga escala, e que se desdobra em maior responsabilização de docentes e escolas e aumento da desigualdade social, já que prevê uma homogeneização curricular e escolar, ao invés de valorizar as peculiaridades locais escolares e evidenciar, em fato, um compromisso político de uma educação de qualidade ensejada por justiça e igualdade social.

Na compreensão desta entidade,

A pluralidade/diversidade do país e daquilo que se produz em suas diferentes escolas precisa ser democraticamente respeitada e considerada. Por isso, entendemos que nossa política educacional e curricular precisa ser proposta a partir daquilo que sabem e fazem nossa população, professores e estudantes, em sua pluralidade, dentro e fora das escolas. Sendo assim, o papel do MEC é promover e apoiar a construção de projetos político-pedagógicos que abranjam toda a comunidade escolar, múltiplas agências, centros de pesquisa, institutos, universidades e etc (ANPED, 2017, p.2).

Outra ação recente com reflexos sobre os docentes escolares brasileiros é representada pela criação do Programa de Residência Pedagógica (PRP), lançada em outubro de 2017 dentro da política de formação docente, e, atualmente, em processo de adesão das IES e elaboração de propostas por meio do edital nº 06, de 2018, da CAPES. O PRP pretende adequar os currículos e as propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica à BNCC, através da reformulação dos Estágios Supervisionados dos cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do país.

Vastas entidades (ANPED *et al*, 2018) refutam à PRP por depreender que ela fere a autonomia universitária porque sonega as concepções presentes nos projetos pedagógicos das IES e que se manifestam pela relação direta entre teoria e prática. O PRP propõe reorientar os cursos de formação docente às projeções da BNCC pelo desenvolvimento de vivências práticas, sequências didáticas, planos de aulas, avaliações e outras ações pedagógicas a serem desveladas pelos futuros docentes.

No ver da ANPED *et al* (2018) esta concepção de formação docente esvazia a função educacional, pois,

Tal perspectiva incorre em uma visão reducionista da formação de professores, que em vez de implementar no processo formativo a necessária *unidade teoria-prática*, que não pode ser dicotomizada, propõe uma desvinculação definitiva de teoria e prática, reduzindo a formação docente a um “como fazer” descompromissado de uma concepção sócio-histórica e emancipadora.

A lógica prevista pelo PRP tem reflexos profundos sobre a desprofissionalização dos cursos de Licenciatura, seja por induzir os estudantes em formação a serem responsáveis por suas aulas nas escolas, seja por vincular PRP à BNCC com vista a formar professores de acordo com um modelo de “docência reprodutivista, desprovida de autonomia intelectual e incapaz de reconhecer as diferentes realidades em que os processos educativos tomam forma e lugar” (ANPED et al, 2018).

CONSIDERAÇÕES: ELEMENTOS PARA PENSAR O TRABALHO DOCENTE NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Os apontamentos alocados nesta reflexão buscaram assinalar algumas implicações das políticas educacionais no Brasil sobre os docentes escolares. Para isso, contextualizou-se a consonância brasileira com os ideários globais do projeto capitalista, que se embasam, no momento atual, pelo neoliberalismo, pela NGP e pelo gerencialismo e a performatividade.

Tais prospectos foram considerados como bases de discussão, pelo fato de embasarem perspectivas que visam uma concepção de qualidade de educação ligada à lógica produtivo-econômica em voga, a qual se desvela por resultados baseados em metas, enquanto que secundarizam acepções de qualidade educativa que se relacionam à justiça, democratização e justiça social.

A forma gerencial, que se caracteriza pela incursão da lógica empresarial e mercantil, imprime políticas performativas preocupadas com resultados de desempenhos educacionais, que vem se consistindo pela centralidade em padrões curriculares e avaliativos. Foi possível observar a presença deste tipo de políticas no Brasil, sobretudo, no decênio de 2010, no escopo de sistematização e de materialização do PNE 2014-2024, onde medidas como o SINAEB e a BNCC tomaram corpo, além de mais recentemente, potencializações obtidas com a reforma do Ensino Médio e a Política Nacional de formação dos profissionais da educação básica desdobrada pela PRP.

Ressaltam-se as similitudes e relações dessas diferentes políticas entre si, observando-se a presença de características gerenciais e performativas, impulsionadas pelo projeto capitalista global, efetivadas por padrões curriculares e avaliativos, voltados ao controle e ao direcionamento da função e dos sentidos escolares. Os desdobramentos dessas formas políticas de controle do trabalho docente na escola pública são importantes de serem apurados, sobretudo, considerando que direcionam os sentidos da educação ao descompromisso social e político à medida que valorizam

os critérios que fomentam a economia e o fortalecimento do capital.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, p. 13-29, 2009.

ANPED, Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em educação. **Manifesto contra a Base Nacional Comum Curricular**. São Luís do Maranhão, 04 de outubro de 2017. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 29/02/2018.

_____. *et al.* **Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo Programa de Residência Pedagógica! Não à BNCC!** Notícia em 06/03/2018. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 29/02/2018.

_____. **ABdC, Associação Brasileira de Currículo. ANPED e ABdC lamentam a aprovação da BNCC pelo CNE.** Notícia em: 15/12/2017. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 29/02/2018.

ANTUNES, Ricardo. Mesa redonda: Mercado informal, empregabilidade e cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 2, nº 1, p. 55-72, 1999.

_____. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho.** São Paulo, p. 1-14, 2008.

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, Jul./Dez, p.99-116, 2001.

_____. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, nº. 126, p. 539-564, 2005.

_____. Entrevista. Um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, v.30, nº, 106, p. 303-318, 2009.

BNCC, Base Nacional Curricular Comum. **Site institucional**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 20/01/2018.

BRASIL. Projeto de Lei n.º6.114-A, de 2009: **Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=452755>. Acesso em 20/05/2016.

_____. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 8.752, de 09/05/2016. **Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica**. Brasília, 2016.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, v. 37, nº. 2, p. 353-381, 2012.

CONAE, Confederação Nacional de Educação. **Documento Base Final**, 2010. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>. Acesso em 10/05/2016.

CÓSSIO, Maria de Fátima. **Avaliação em larga escala e as novas formas de regulação da educação nacional**. III CONAVE, Bauru, 2014.

CURY, Carlos Jamil. Sistema Nacional de Educação: Desafio para uma Educação Igualitária e

Federativa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, 2008.

_____; *et al.* DOCUMENTO. Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, p. 483-492, 2011.

DALE, Roger. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a educação”? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional da Educação como Política de Estado: Antecedentes, históricos, avaliação e perspectiva. In: **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: UFG autêntica, 2011, p.17 – 59.

_____. Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os Obstáculos ao Direito à Educação Básica. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 761-785, 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos. **ENAMEB: alcance e situação atual**. 08/05/2016a. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com>. Acesso em 20/05/2016.

GANDIN, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de e. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, 2012.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira. **Prova Nacional Docente**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/prova-docente>. Acesso em 20/05/2016.

MAROY, Christian. Estado Avaliador, Accountability e confiança na instituição escolar. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 319-338, 2013.

MEC, Ministério da Educação. Novo sistema de avaliação ajudará escolas a reduzir desigualdades e melhorar a gestão. 05/05/2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=35911>. Acesso em 20/05/2016.

_____. **Avaliações dentro do SINAEB**. 2016b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=39701-tabela-atualizada-06maio-inep-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20/05/2016.

MÈSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Dalila *et al.* **Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor**. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/web/5/1.php?idioma=port>. Acesso em 11/03/2015.

OLIVEIRA, João F. de. A educação básica e o PNE/2011-2020: Políticas de avaliação democrática. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 91-108, 2010.

PERONI, Vera Maria. As redefinições na relação público/privado e as implicações para a democratização da educação. **Congresso Sul-brasileiro da ANPAE**, p. 1-17, 2010.

SAVIANI, Demerval. Documento Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, 2010.

SHIROMA, Eneida; EVANGELISTA, Olinda. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-381-1

